Brasília-DF

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Investigações precisam continuar

Ainda que até agora a Polícia Federal aponte que não há mandantes no caso dos assassinatos do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Araújo Pereira, quem conhece a região afirma que não dá para simplesmente parar as investigações. "A região é muito conflituosa. E os próprios pescadores muitas vezes têm relação com o tráfico", diz o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM).

Sobrou para ele I

O editorial do jornal *O Público*, um dos mais respeitados de Lisboa, discorre sobre a tragédia na Amazônia, "assaltada" por mineiros, pescadores e agricultores ilegais, além da rede de tráfico de drogas. E mais: "Está também a ser assaltada pela irresponsabilidade do presidente Jair Bolsonaro, que instiga sua destruição, ataca funcionários públicos ou as ONGs que a defendem (...)", diz o texto.

Sobrou para ele II

E segue o editorial: "O mais importante recurso para o equilíbrio do clima do planeta está a ser gerido por um homem com uma insensibilidade avessa à natureza ou aos homens". O Público recorda que Noruega e Alemanha suspenderam o financiamento do Fundo Amazônia por não tolerarem a ingerência de Bolsonaro na gestão. E acrescenta: "Enquanto Bolsonaro estiver no poder, há pouco a fazer".

Enquanto isso, na pré-campanha presidencial...

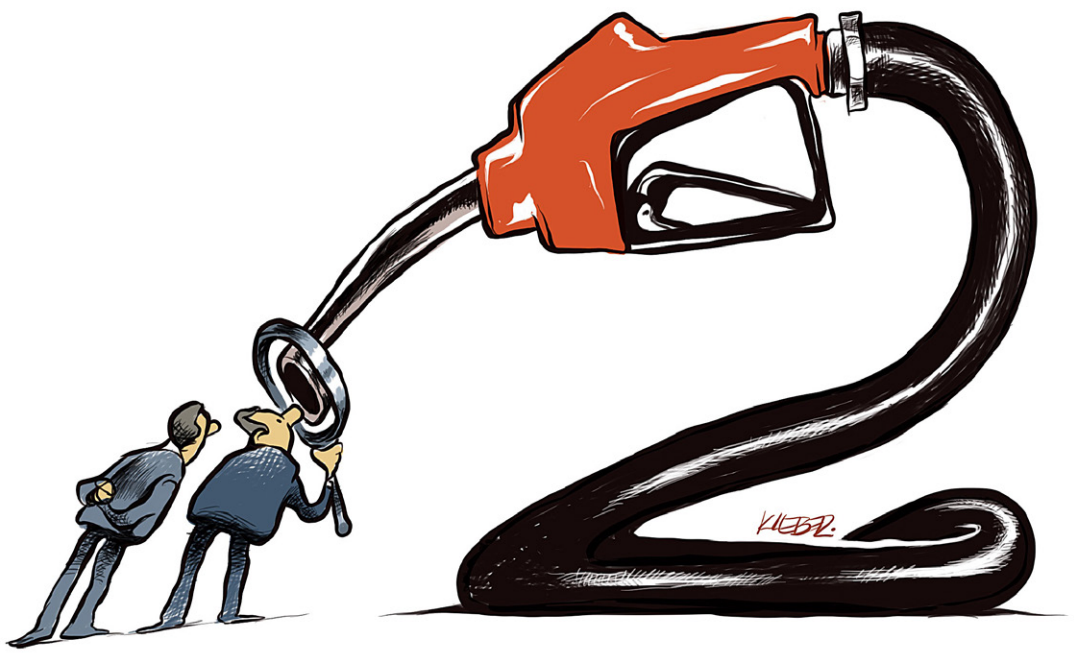
Como o leitor da coluna já sabe, a equipe do presidente tem duas coordenações de comunicação, uma a cargo do PL e do PP do ministro Ciro Nogueira, e outra sob o comando do vereador Carlos Bolsonaro. O problema, dizem alguns, é quando o presidente ouve mais o filho do que os partidos.

Uma CPI para blindar o governo

A proposta de uma CPI para investigar a Petrobras e o Conselho de Administração da empresa é vista como uma resposta política imediata, capaz de dar uma dimensão da revolta do governo com o reajuste no preço dos combustíveis, mas não resolverá o problema no curto prazo. A avaliação entre aliados do Planalto é de que, embora o governo tenha razão ao dizer que a empresa não cumpre a sua função social e visa apenas o lucro, não há saída imediata para a crise internacional no preço dos combustíveis.

» » »

Nesse sentido, o que pode dar algum resultado, avaliam os políticos, é a proposta do presidente da Câmara, Arthur Lira, de elevar a contribuição sobre o lucro líquido da Petrobras para oferecer uma compensação aos caminhoneiros e motoristas de aplicativos e de táxis, que mais perdem com esses aumentos. No mais, será repensar o preço atrelado ao mercado internacional, o modelo de gestão e a privatização, fatores que só terão um desdobramento a médio e longo prazo.



CURTIDAS

Virou moda I/ No embalo da novela *Pantanal*, a Comissão de Agricultura da Câmara aprovou projeto do deputado Evair de Melo (PP-ES) para criar uma política nacional de fomento ao turismo rural. Evair integra a Frente do Brasil Competitivo, que tem o turismo rural como um dos braços para ampliar a receita do interior do país.

Virou moda II/ O projeto segue agora para Comissão de Constituição e Justiça e, se aprovado, pode seguir direto para o Senado. "Nosso objetivo é proporcionar a diversificação da economia regional, a interiorização do turismo, a difusão de conhecimento e técnicas agrárias e a melhoria das condições das famílias no campo", diz o deputado.

Valter Pontes/SECOM

Data Uber, Salvador/ Das nove viagens de Uber pesquisadas pela coluna, oito acreditam e torcem pela eleição do ex-prefeito ACM Neto (**foto**) para governar da Bahia. E, ciente dessa preferência na cidade hoje, Neto dedica sua campanha ao interior.

Forte lembrança/ A lembrança do ex-senador Antonio Carlos Magalhães continua viva. No Centro histórico, quem pergunta sobre a revitalização, a resposta é sempre a mesma: "ACM foi quem recuperou tudo aqui".

INVESTIGAÇÃO

Sem indícios contra Barros

Ministra Rosa Weber atende a pedido da PGR e arquiva denúncia da CPI da Covid contra o líder do governo na Câmara

» LUANA PATRIOLINO

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou, nesta sexta-feira (17/6), o pedido de indiciamento do deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara, feito pela CPI da Covid no Senado. A decisão atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República, assinado pela vice-PGR, Lindôra Araújo.

"No caso concreto, uma vez que a Procuradoria-Geral da República afirma inexistir, no caderno investigativo, base empírica para o oferecimento de denúncia contra o parlamentar indiciado, há que se acolher o pedido de arquivamento formulado pelo Parquet", escreveu Weber em despacho.

O nome de Barros foi citado em supostos esquemas de corrupção em ao menos duas negociações de compras de vacinas contra a covid-19. Informações coletadas pela CPI apresentam indícios da participação de pessoas ligadas ao parlamentar ou relatos de atuação direta dele nos acordos.

Ao recomendar o arquivamento, a PGR disse que "inexistem indícios mínimos para se afirmar que o representado Ricardo Barros tenha atuado em benefício de pretensões privadas".

Para Lindôra Araújo, "não há sequer indícios de verossimilhança do ato criminoso imputado ao requerente [Barros], subsistindo tão somente uma hipótese criminal sustentada no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia".

O arquivamento já havia sido recomendado pelo ministro Kassio Nunes Marques, relator do caso no STF. Em março, ele determinou que a Procuradoria se manifestasse sobre o pedido de indiciamento de Ricardo Barros.

Para o magistrado, seria necessário ter elementos concretos para manter o indiciamento do líder do governo. Esse é o primeiro pedido de arquivamento feito pela PGR a partir do relatório final da CPI da Covid.

Jefferson Rudy/Agência Senado

Barros foi citado em depoimento de Luís Miranda: guerra na CPI

Bate-boca

Aliado de primeira hora do governo Bolsonaro, o deputado Ricardo Barros teve uma participação polêmica na CPI conduzida pelos senadores. Na condição de testemunha, ele compareceu à comissão para se explicar após as declarações do deputado federal Luís Miranda (Republicanos-DF). Aos senadores, Miranda afirmou que, ao alertar o presidente da República, Jair Bolsonaro, sobre possíveis irregularidades nas negociações para compra de vacinas contra a covid, o nome de Barros foi citado pelo chefe do Executivo.

> **Não há sequer indícios de verossimilhança do ato criminoso imputado ao requerente [Barros]"**
>
> ***Trecho do pedido de arquivamento de denúncia contra Ricardo Barros, atendido pelo STF***

Em 12 de agosto de 2021, Ricardo Barros compareceu à CPI da Covid. Repudiou todas as acusações e suspeitas que pesavam contra ele. E criticou o trabalho dos integrantes da comissão. "Eu espero que esta CPI traga bons resultados para o Brasil, produza um efeito positivo para o Brasil, porque o negativo já produziu muito: afastou muitas empresas interessadas em vender vacina no Brasil, que não se interessam mais", afirmou Barros.

A reação dos senadores foi imediata, com muito bate-boca e revolta dos integrantes da CPI. Dias depois desse embate, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), relator da CPI da Covid, incluiu Barros na lista de indiciados da comissão parlamentar. O líder do governo foi acusado de incitação ao crime, advocacia administrativa, formação de organização criminosa e improbidade administrativa.

ELEIÇÕES

Bolsonaro e Lula mantêm polarização em alto grau

» ROSANA HESSEL
» VICTOR CORREIA

Principais pré-candidatos para as eleições presidenciais, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva dedicaram parte do dia para garantir a adesão de eleitores, com posturas diametralmente opostas. Enquanto o ocupante do Planalto reforçou a bandeira conservadora, de modo a se diferenciar do petista, o ex-presidente manteve o tom agressivo contra o oponente.

Sem citar nomes, o presidente Jair Bolsonaro (PL) aproveitou evento religioso, ontem, no Pará, para focar no discurso conservador e atacar indiretamente o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as pesquisas de intenção de voto para as eleições gerais de outubro. No começo deste ano, o petista chegou a defender a legalização do aborto, dando munição aos opositores, e, depois, tentou consertar afirmando que era contra. Diante do público evangélico, o chefe do Executivo focou na agenda moral.

"Hoje, vivemos um Brasil polarizado. Vou dizer a vocês que o nosso governo é contra o aborto. O nosso governo defende a família, e nós somos contra a ideologia de gênero. A inocência das crianças em sala de aula tem que ser preservada. Nós somos contra a liberação das drogas", disse Bolsonaro, durante evento da Escola de Sabedoria 2022, em Belém, ao lado de pastores como Silas Malafaia. "Nós defendemos a liberdade em nossa pátria e aí incluímos a liberdade de culto. Somos livres para escolher nossa religião, professar nossa fé. Nós respeitamos todos os cidadãos brasileiros", acrescentou.

A fim de agradar ao público evangélico — uma das principais bases de apoio do atual governo —, o presidente voltou a afirmar que "costuma dizer algo que nunca foi feito no Brasil". "Hoje temos um presidente e um governo que acredita em Deus, que respeita os seus militares e os seus policiais, que defende a família tradicional e deve lealdade ao seu povo", disse.

"Acidente no Brasil"

Mais cedo, em Maceió, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o presidente Jair Bolsonaro (PL) é "um acidente que aconteceu neste país". Segundo ele, o mandatário "é uma praga da qual temos que nos livrar". O petista também voltou a criticar a falta de ações de Bolsonaro para alterar a política de preços da Petrobras.

"[Bolsonaro] Não gosta de nada. O negócio dele é vender fuzil. Ele não conhece a palavra solidariedade, a palavra fraternidade, a palavra amor", disse o ex-presidente.

Lula e o vice, Geraldo Alckmin (PSB), participaram de um encontro na capital alagoana com artistas e representantes do setor cultural do estado.

» Rogério Marinho surge como vice

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o ex-ministro do Desenvolvimento Regional Rogério Marinho (PL), pré-candidato ao Senado pelo Rio Grande do Norte, também poderia assumir a vice na sua chapa à reeleição. No entanto, em seguida, declarou que tem "dois excelentes nomes à mesa, Tereza Cristina e Braga Netto". O Centrão pressiona em favor da ex-ministra da Agricultura como forma de ampliar a adesão de Bolsonaro junto ao eleitorado feminino.